



# Anais da Assembleia

N.º 45

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1977

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 64.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andrada, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 04, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/76.

Levanta-se a sessão.

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 65.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Ivo Thomazoni, Alfredo Gulin, José Domingos Scarpelini, Gabriel Sampaio, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Otássio Pereira e Waldenício Barbalho. (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Basílio Zanusso, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Valter Pietrângelo, Wilson Fortes e Deni Schwartz. (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer seja constatado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Kozan, de tradicional família Goioerense, com residência há longos anos em IV Centenário, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, naquela localidade.

Sala das Sessões, em 03 maio de 1977.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MIGUEL SESTACK, um dos membros da pioneira família Goioerense, ocorrido no dia 02 de maio do corrente ano, em Goioerê.

Requer ainda, seja dado ciência deste à família enlutada, a qual reside naquela localidade.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Deputado.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja, consignado em ata, dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao advogado e escritor DR. FRANCISCO IRINEU BREZINSKI, pela feliz idéia do lançamento do livro, recentemente por ele escrito, depois de longa pesquisa, intitulado — A FUTURA CAPITAL.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

## JUSTIFICATIVA:

Tomamos a liberdade de fazê-la, usando as palavras de Aracildo Marques — “Dr. Francisco Irineu Brezinski, natural de Marechal Malet, mourãoense por direito, amor e dedicação, com fundas raízes criadas no solo fértil dessa promissora região — está trazendo à luz este livro: A FUTURA CAPITAL.

Advogado brilhante, moço idealista, não se deixou levar unicamente, pelas questões forenses. Pelo seu temperamento irrequieto de realizador e de inquiridor — foi que decidiu se lançar a um profundo trabalho de pesquisa, indagando, perquirindo, lendo documentos históricos e ascoltando, muitas vezes mesmo, a tradição oral, conseguiu reunir os fatos para a concretização deste livro. E o fez de modo incansável — exigência esta, natural das coisas que são realizadas com elevado sentido de consciência na busca da perfeição. Realizar esta obra histórica, é trabalho de muita responsabilidade, e, por isso, de muita cansa, também. Creio que, sendo, ele, político por influência genética, herdando inteligência e capacidade de seu saudoso pai — ROBERTO BREZINSKI, que fora prefeito e líder político nos idos de 58 — Não poderia ser indiferente às coisas da região. A obra que, ele, ora apresenta resultado de justo e ingente esforço, muito bem denota o sentido de interessar-se pelas coisas do lugar onde vive, e reafirma o ponto de vista geral de que o homem só vive onde ama e só se interessa pelas coisas que ama, pois essas são as coisas que os faz viver. Tradição, bem estar social e amizade, são esses fatores que enraizam o homem no chão.

E por amar a essa terra, como tantas outras pessoas, é que sentiu, com uma inteligência aguçada ou talvez com um sexto sentido que a amada cidade poder-se-ia comparar-se a um Cristo Redentor, recebendo a todos, com os braços abertos. Fez, portanto, um termo de comparação de que, igual ao Cristo, uma cidade central, recebendo em seu seio, todas as estradas e ramificações que virão, inevitavelmente, confluir para este coração pulsante, cheio de amor e dádivas sem fim, CAMPO MOURÃO. E, levado por esse pensamento, sonho, esperança e mais de que tudo, convicção, escreveu este livro. Amanhã, tudo se realizará — não resta dúvida. IRINEU BREZINSKI, entretanto, não é nenhum Júlio Verne, mas um homem prático e escudado em conhecimentos que, por si só, se tornam concretos.

Quando todas essas coisas acontecerem, as coisas verdadeiras as coisas que, aparentemente, ora são fantasias e utopias — nesse dia dirão, que “bem ele tinha profetizado”, esquecidos, hoje, que nesse mundo em que vivemos, ninguém profetiza, mas afirma, convincentemente, através de dados e da lógica que jamais fogem ao concretismo e às ciências exatas.

Se você, neste momento, estiver diante deste livro, atentamente folheando as suas páginas, pode ser até que você, ou um dos seus antepassados esteja revivido nestas páginas. Se não for exatamente a história, da qual você participou para edificação da cidade, talvez tenha sido a de um seu amigo, a de um seu parente ou de um seu irmão. No final, se você já tiver conhecimento da formação da cidade em que vive — dos “Campos do Mourão”, não custa nada tomar novo contato com ela, em letra de forma, e rir, rir muito, quando reviver o pitoresco das estórias, e sentir rolar dos seus olhos algumas lágrimas saudosas daqueles que viveram a suprema ventura de relembra-la com os mesmos olhos pranteados das doces recordações dos fatos passados, dos tempos idos ... e que não voltarão, jamais.”

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pelo brilhante feito desportivo do CENTENÁRIO ESPORTE CLUBE, sagrando-se campeão invicto do I Turno do Campeona-

to Paranaense de Futebol — Zona Norte. Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à Diretoria e Atletas do Centenário Esporte Clube.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Fuad Nacli

## JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o presente requerimento, quero como fundador da cidade de Centenário do Sul e batalhador da região, dizer da minha alegria pela conquista do Centenário Esporte Clube, agremiação modesta, mas possuidora de grande força de vontade que apoiada pelo povo da região, colocou o nome de Centenário do Sul, dentro das manchetes esportivas paranaenses face ao desempenho esportivo que vem desenvolvendo, notadamente por tratar-se da primeira vez que disputa o certame máximo do futebol paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado um voto de congratulações à Igreja Evangélica Heliness de Curitiba, pela inauguração do prédio de Educação Religiosa, edificado junto ao seu templo situado em Curitiba, à Travessa Ângelo Piazzetto número 65.

Fundada no Japão pelo missionário americano metodista Rev. Calman e Evangelista japonês Nakada, a Igreja Evangélica Heliness radicou-se no Brasil em 1925, tendo sido seu primeiro Pastor em nossa Pátria o Rev. Tadeo Monobe. Hoje, em cerca de 25 templos e congregações, localizados em diversas cidades brasileiras, anuncia o Evangelho de Cristo ao povo em geral, contando com aproximadamente 1.600 membros.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Rev. Jun Yuaça, Presidente Nacional e Rev. Kozo Tanaami Pastor da Igreja Evangélica Heliness do Brasil.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Ezequias Losso.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção na ata desta sessão, de voto de congratulações à Sociedade Universal, pela passagem, em 30 de abril transato, do 50o. Aniversário de sua fundação.

A tradicional entidade, estabelecida e liderada por operosas personalidades da sociedade curitibana, tem se destacado pelas exemplares atividades na promoção do bem estar do seu seletivo quadro associativo e dos moradores do Bairro do Prado Velho, onde está situada.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Sociedade mencionada, atualmente presidida pelo dinâmico Senhor Mário Costa.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Ezequias Losso.

## PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 41/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “PONTE LEÔNCIO GOMES PRIMO”, a ponte sobre o Rio Cantú, na estrada que liga os Municípios de Palmital a Roncador.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) Jurandir Messias.

## JUSTIFICATIVA:

A homenagem que queremos seja prestada a Leôncio Gomes Primo, se reveste de um sentido dos mais meritórios, o qual seja, de perpetuar a memória de um dos pioneiros daquela progressista região de nosso Estado.

Leôncio Gomes Primo, foi um dos que, no início da colonização da região, com sua família, e com seu espírito desbravador e à custa de inúmeros sacrifícios, emprestou com o seu trabalho e dedicação, todo esforço para torná-la o que vislumbramos hoje, um dos esteios do progresso vertiginoso do Paraná.

Foi com o seu trabalho profícuo e tenaz luta que a estrada que liga os Municípios de Roncador e Palmital se concretizou. Justo, portanto, que a ponte sobre o Rio Cantú assim, seja denominada. É o que propomos e temos certeza contará com a aprovação desta Casa.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 42/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica denominada "IVAN FERREIRA DO AMARAL E SILVA FILHO", a rodovia que liga os Municípios de Guarapuava e Pitanga Br 104

ARTIGO SEGUNDO — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1977.

(aa) Jurandir Messias e Maurício Fruet

#### JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente plano de lei, denominado de "IVAN FERREIRA DO AMARAL E SILVA FILHO" a rodovia que liga Guarapuava a Pitanga, é prestar homenagem ao ilustre paranaense que no desempenho de suas funções públicas, sempre teve como meta a defesa dos interesses coletivos, ao ponto de ser condecorado com a medalha Almirante Tamandaré pelos relevantes serviços prestados à Nação e especialmente ao nosso Estado do Paraná.

Tragicamente falecido no exercício de mandato como representante de nosso Estado na Câmara Federal, quer nos parecer que a presente medida se afigura de maneira justa para homenagear o alto espírito público de Ivan Ferreira do Amaral e Silva Filho, e, para isso, pedimos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A História nos conta claramente, desde os primeiros passos da instrução primária, que o Povo nasceu primeiro, o Estado nasceu depois.

O Estado nasceu movido por uma necessidade social de amparo e representatividade do povo. E muitas foram as experiências na estruturação de governos. O pior sistema de Governo foi aquele que se caracterizou como holigárquico, como capitalista.

É função do Estado e, portanto, função do Governo, defender a sociedade, respeitar o povo e, acima de tudo, preocupar-se com a distribuição equitativa, justa, das riquezas nacionais; o que não acontece nesse sistema de Governo.

O que vimos e o que temos visto, é o empobrecimento generalizado; e esse empobrecimento generalizado caracteriza constantemente os erros e o pecado da própria decência moral. É o homem que se torna subserviente e participante dos erros administrativos para manter-se de pé. É o crime que prolifera em todas as órbitas e se inova com novas denominações. É a criminalidade que desafia as autoridades; é o índice de todos os problemas sociais que aumenta a cada dia que passa; é um tipo de Governo capitalista, pensante na absorção da economia popular, imaginativo no arrancar de toda a economia do povo.

É um governo que imaginou se projetar e tem assim procedido todos os dias, projetando-se com a miséria de milhões de brasileiros.

Mais um malsinado ato de Governo foi lançado ontem no édito governamental deste País. Aumentaram, aumentou, pela vontade do todo poderoso, desta Nação, o confisco do soja e do café de 7 para 12 por cento.

São as indústrias que ameaçam agravar muito mais o problema social da Nação, despedindo seus operários, porque o poder aquisitivo do povo diminui e os produtos industrializados deixam de ser comprados na quantidade produzida. É o lavrador, este enriquecedor da economia brasileira que quase anônimo, abandona a terra e procura se aconchegar nos centros onde ele possa subsistir ou através do trabalho, ou através da mendicância, para conseguir a sua sobrevivência e a de sua família.

É o operário desesperado que recebe seu vencimento para viver os primeiros dez dias de cada mês e que fica os outros vinte dias na miséria e na fome, na decepção e na desilusão.

É o funcionário público honesto, honrado e justo, que comparece à repartição para receber o quase nada e pagando com o seu próprio sacrifício a desonestidade daqueles que se transformaram em bajuladores deste governo, e não comparecem ao serviço, mas recebem tudo.

É o desastre social configurado por uma apoteóse das mais degradantes de toda a história deste País.

É o governo que de ateve a fazer política partidária, esquecendo da política econômica e social para manter-se de pé ao poder da força e até da violência.

É uma tristeza, Sr. Presidente. . .

É sem dúvida alguma, a influência degradante de Netuno, o planeta mais desgraçado da constelação celeste e é por isso que costumo dizer e digo sempre, e quase sempre repito — parece que as taças apocalípticas estão se desgarrando a cada dia, numa das violências mais estremecedoras.

E quando alguém diz, como e porque o povo brasileiro aceita tanta ofensa, tanta agressão, tanta miséria, tanta decepção, tanta desilusão, tanta falta de respeito a ele próprio, sempre respondo — um povo sem cultura é um povo sem dignidade; um povo sem independência econômica é um povo submetido à escravidão do Poder.

Se em 1.888 abolia-se o escravo de cor e parece que se instalou naquela oportunidade a escravidão dos brancos que é muito pior.

Estamos já cansados de ver homens, revestidos até de qualidades culturais e até de independência econômica, mas que parecem ter mola na espinha da própria consciência, porque se curvam facilmente frente aos poderosos.

É o brasileiro que tem medo de se rebelar.

É o brasileiro que aceita o Sindicato representativo de sua classe trabalhadora, amordaçando e dizendo "amém" ao Governo.

É o brasileiro que entende que, para se manter em pé, deve se curvar dos poderosos e participar do esmagamento dos humildes, dos necessitados, dos sofredores e, principalmente, dos trabalhadores deste País.

E está aí, Sr. Presidente, o confisco, o avanço do governo na economia do trabalhador, do homem de mãos calejadas, que lavra a terra com a família inteira, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, recebendo cada vez menos.

De uma coisa tenho certeza, Sr. Presidente. Caminhamos a passos largos para o caos, para o desequilíbrio total. É o êxodo rural, é o lavrador que abandona a terra, é o operário que vai roubar, é o funcionário público que se curva perante o poderoso para não comparecer ao trabalho, é o honesto funcionário público que comparece ao trabalho e enfrenta a miséria.

Não é um governo Republicano; não é um governo Democrático.

É a oligarquia que aí está. Serve-se do poder, vive do poder, massacrando o povo, levando o povo à miséria social e só Deus sabe a que hora poderá se condicionar.

Obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) — A Presidência anuncia a presença, neste plenário, do Sr. Aquiles Banzeli, Prefeito Municipal de Pinhalão.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Em dia da semana próxima passada, precisamente no dia 25 de abril, tivemos a satisfação de presenciar, no gabinete de S. Exa. o Sr. Secretário do Interior, a assinatura do contrato de construção do sistema de abastecimento d'água na sede municipal de Santa Helena, firmado entre a Sanepar e a firma construtora, em decorrência do convênio entre a Secretaria e a Prefeitura Municipal.

Na oportunidade, achavam-se presentes o Sr. Secretário, Dr. Noel Lobo Guimarães, o Sr. Presidente da Sanepar, Dr. Cláudio Araújo, diversos auxiliares da Administração, a Diretoria da Firma Construtora e o Sr. Prefeito de Santa Helena, Sr. Francisco Muniz e nós.

O custo do investimento será orçado em 4 milhões e 608 mil cruzeiros e, com sua rede de distribuição de 24 quilômetros, abastecerá a população da sede municipal, de 4 mil habitantes, compreendendo cerca de 700 ligações prediais.

Trazendo esta ocorrência ao conhecimento desta Casa, congratulamo-nos com o Exmo. Sr. Governador do Estado, com o Sr. Secretário do Interior e com o Sr. Presidente da Sanepar, que não tem medido esforços, na sua profícua administração, na execução de obras dessa espécie em elevado número de municípios paranaenses.

Ninguém desconhece como é relevante a significação a implantação dessas obras, na defesa da saúde e para o bem estar das populações, e é oportuno destacar que o Estado do Paraná entre os Estados da Federação, situa-se entre os que maior número de obras dessa natureza tem executado em suas sedes municipais.

Para exemplificar, citamos que a Sanepar está operando o sistema de abastecimento de água em 125 municípios e está executando obras em outras 49 cidades. Nos últimos cinco anos, houve uma aplicação de numerário na ordem de 650 a 700 milhões de cruzeiros. E no ano corrente, a Sanepar aplicará numerário elevado, isto é, 686 milhões. Repetimos, 686 milhões de cruzeiros durante o ano de 1977.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos salientar que se encontra em fase de construção, em Curitiba, moderníssima Estação de Tratamento de Esgoto, assim como a barragem de Piraquara, constituindo um reservatório de acumulação que regularizará o abastecimento de água na Capital, em épocas de estiagem prolongada.

Era o que desejávamos assinalar neste nosso pronunciamento, é que entendemos que obras como estas merecem o aplauso de todos os paranaenses”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos, hoje, esta tribuna, para dar conhecimento à Casa, como representantes que somos do Município de Nova Aurora, o nosso pensamento a respeito do requerimento formulado pelo nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, que pede a constituição de uma Comissão Especial de Deputados para apurar as irregularidades na Delegacia de Polícia.

Queremos dizer aos Srs. Deputados que tivemos, antes da entrada deste requerimento, conversando com o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, falamos com o Município de Nova

Aurora na pessoa do Sr. Prefeito Municipal, Valter de Amorim, daquela cidade, que ficou satisfeito em saber que irá para lá um representante desta cidade para averiguar se de fato existem irregularidades que possam ser trazidas a público e ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança.

Mas queremos deixar bem claro aqui a nossa posição. O Delegado de Polícia já está lá há mais de cinco anos. É um homem que tem um conceito formado como homem de bem, um homem correto e um homem honesto.

Com referência ao nobre vereador Arnaldo da Costa Faria, do MDB, que encaminha ao Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, também nos procurou pedindo o afastamento daquela autoridade. Pedimos ao mesmo que o fizesse por escrito as irregularidades se porventura tivessem quaisquer irregularidades cometidas naquela Delegacia de Polícia por aquele Delegado.

Como aqui no seu requerimento é dado ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança Pública, queremos dizer que lamentavelmente o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho não se encontra presente neste momento na sessão, as duas lideranças, tanto do MDB, como da Arena, indicassem o quanto antes possível, dois Deputados que não fossem vinculados àquela área política naquela cidade. Isto para que trouxessem não só a tranqüilidade para os que querem a tranqüilidade, mas também para não trazer a esta Assembléia requerimentos que, na verdade, no seu bojo, não conduzem a uma verdade.

Segundo as informações obtidas por telefone ainda ontem, corre pelo Juiz daquela cidade, uma representação feita pelo Delegado de Polícia contra o Vereador Arnaldo da Costa Faria e nós, como amigos de Arnaldo da Costa Faria, como Deputados daquela cidade, não gostaríamos de trazer aqui, fatos como estes como estamos fazendo hoje, e para que os Srs. Deputados tomem conhecimento que as irregularidades que porventura foram cometidas, não tenham a cobertura do Deputado que se encontra nesta tribuna.

Mas também se na realidade foram apuradas, deverão ser punidos os denunciadores para que não haja mais denúncias, para que não venham mais tomar tempo dos Srs. Deputados. Não só em Nova Aurora mas como em todo o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (JURANDIR MESSIAS) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente e ilustres Srs. Deputados:

Ouvimos atentamente o pronunciamento de nosso companheiro, de nosso amigo, de nosso companheiro de bancada, o ilustre representante do MDB do Norte Pioneiro.

Queremos apenas em um sentido discordar — discordar dentro de nossa formação e conforme dita a nossa consciência — dizendo que os bajuladores não são os homens da Arena, porque nós os Deputados da Arena do Paraná e do Brasil, tanto estaduais quanto os Deputados federais e os Senadores, estamos atentos e também estão ao lado do povo, haja visto que viemos a esta Casa e os Deputados federais e os Senadores foram ao Congresso, pelo voto popular.

Fala o ilustre representante da Oposição e com justiça, eis que fazer oposição é seu dever, porém, é também nossa obrigação esclarecer o povo de que nós não estamos inertes, de que nós estamos alertas e de que também queremos o bem estar da nossa terra e da nossa gente.

Quando se fala no problema do soja, quando se fala no problema negativo do café, quando aqui falamos no problema positivo de um Governo que aplica dinheiro financiando a lavoura cafeeira, de um Governo que está voltado aos interesses supremos da Nação, de um Governo que desde 64 está trazendo este País para o mar da tranqüilidade, olhemos Sr. Presidente,

Srs. Deputados, para o aspecto de que esta Nação está sendo o espelho da América Latina. Olhemos para a tumultuada Argentina, olhemos para os demais países, para todos os rincões da esfera internacional onde vemos países tumultuados; vemos lá na Arábia, países ricos, tumultuados pela guerra fratricida, enquanto aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haveremos de espalhar a paz e a tranquilidade, sob o pulso firme da Revolução de 64 muito bem liderada pelo Presidente Geisel. Os Prefeitos, hoje, não mais precisam vir, de chapéu na mão, para receber o que os seus municípios têm direito, porque temos um Governo honesto, Sr. Presidente.

Quando se fala no confisco do soja, olhemos a parte negativa — segundo o ilustre Deputado da Oposição — de que o Governo está sacrificando o seu prestígio, para beneficiar os consumidores do soja. Façamos uma comparação: o soja subiu 90, 100, 200 por cento. E o Governo procura extrair alimento dos produtos derivados daquele cereal, como o óleo por exemplo, para que o consumidor, para que este mesmo operário defendido injustamente por homens que não querem ver a verdade, por homens que não estão lembrados ou que não sabem que antes da Revolução de 64 não existia o amparo legítimo e legal ao lavrador, não existia como está existindo já para futuro bem próximo, o 14.º salário, não existiam escolas como existem no Paraná e no Brasil, não existia este mar de tranquilidade que existe em nossa querida Pátria, não existia a tranquilidade de o nosso filho ir e voltar à escola tranqüilamente, escola protegida e amparada financeiramente pelos Governos estadual e federal, não existia a tranquilidade dos velhinhos, que hoje já não morrem mais à míngua, pois o amparo que têm hoje, amparo pequeno é verdade, mas têm o amparo do futuro tranqüilo. Como eu dizia, para que o nosso velho, o nosso lavrador, o homem que deu seu suor e labor, puxando o arado de sol a sol, hoje ele pode ter uma velhice tranqüila, porque aí está o Governo da ARENA o protegendo, aí está o Governo da Revolução que muitas vezes é incompreendido, que muitas vezes tem que tomar medidas extremas para que a Nação continue nessa trajetória de progresso e, principalmente, Srs. Deputados, e principalmente, Sr. Presidente, e principalmente, imprensa do meu Paraná, para que possamos vir a esta tribuna, e possamos vir na rua, de cabeça erguida, que o Brasil é um mar de tranquilidade. Vejamos se um Deputado, um ilustre representante do povo, ilustre, Sr. Presidente, poderá dizer isto na Argentina, no Paraguai, no Uruguai. Uruguai. . .

(TIMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (ERNESTO GNOATO) — Esta Presidência lamenta informar a V. Exa. que seu tempo está esgotado e concede mais um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que as medidas drásticas, muitas vezes, olhadas por um outro prisma, sabemos que essas medidas são, exclusivamente, para beneficiar o povo de nossa terra, porque o Brasil é o espelho da América Latina, o Brasil é esta terra generosa de Santa Cruz, queiram ou não queiram os opositores da democracia, há de continuar a sua trajetória honrosa, para que os nossos filhos se lembrem deste momento histórico onde aqui reinou e há de reinar a tranquilidade e, principalmente, cristão.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (ERNESTO GNOATO) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na vida, todos nós exercemos uma função produtiva, dignificante e que contribui para o desenvolvimento da nossa cidade, do nosso Estado ou do nosso País.

Todos nós, de uma maneira ou de outra, somos úteis à nossa sociedade.

Existem funções que são mais homenageadas porque

contam com maior número de participantes.

Existem outras, dada a importância que, chamam mais a atenção da sociedade, mais a atenção da imprensa, mais atenção dos órgãos de comunicação ou dos elementos representativos.

Permito-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em lembrar que no dia de hoje, homenageia-se também uma função honrosa, uma função dignificante e uma função relevante. Pode ser que não sejam muitos os que exerçam esta atividade mas, mesmo sendo poucos, ou sendo poucas, merecem de nossa parte, todo respeito, toda consideração e toda nossa homenagem.

Hoje, dia 3 de maio, comemora-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Dia do Taquígrafo e eu queria, nesta hora, aproveitar os 5 minutos que são destinados no Pequeno Expediente, para homenagear a todas as taquígrafas que registram, com fidelidade, com dedicação, todas as palavras e até todos os gestos ou do Executivo, ou do Presidente da Companhia, ou do Vereador, ou do Deputado Estadual, ou do Deputado Federal, ou do Senador. E, em homenageando Sr. Presidente a todas as taquígrafas do nosso País, quero especialmente homenagear, nesta hora e neste dia, as doze taquígrafas que trabalham na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E quero ter a honra de, pela vez primeira, registrar os seus nomes nos Anais desta Casa, numa demonstração do nosso carinho, do nosso apreço e da nossa gratidão. Quero registrar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná os nomes simpáticos e honrados de: Leonor Moraes, Myrian Teixeira, Lilian Rebêllo, Marilú Becker, Joanna de Blassio da Cunha, Ocirema Bellé, Lady Cunha, Nilce Figuerêdo, Siomara Gomide, Maria do Rosário Marques, Helena Regina Stephan, e Agar Guimaraes, que também servem aos cinquenta e quatro Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e portanto, servem ao Poder Legislativo do Estado do Paraná. A elas, portanto, sei que não em meu nome, nem só dos Deputados do MDB, mas em nome dos cinquenta e quatro Deputados desta Assembléia, as nossas homenagens, a nossa gratidão, o nosso carinho e o nosso muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (ERNESTO GNOATO) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias, no Grande Expediente.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (LÊ): “No seu “LEVIATÃ”, Thomaz Hobbes adota a teoria de que o homem primitivo vivia em permanente estado de guerra “onde cada homem é inimigo de cada homem”, e acrescenta que “é consequência do tempo em que os homens vivem sem outra segurança além daquela que sua própria força, e sua própria invenção poderá fornecê-los”.

“Nessas condições, — afirma o autor, — não há lugar para a Indústria, porque o fruto disso é incerto, e conseqüentemente nenhuma cultura de terra, nenhuma navegação, nenhum uso das comodidades que possam ser importadas por mar; nenhuma edificação cômoda; nenhum instrumento para mover e remover coisas que requeriam muita força; nenhum conhecimento da face da terra; nenhuma consideração pelo tempo, nem Artes; nem Letras, nem Sociedade; e, o que é pior que tudo, medo contínuo e perigo de morte violenta: É a vida do homem, solitária, pobre, sórdida, bruta e curta”.

Tornou-se clássica a figura do homem primitivo da Idade Paleolítica (da Pedra Lascada), a arrastar pelos cabelos a mulher, prisioneira eventual, tombada sob o tapete.

A esse tempo, os indivíduos viviam só, atemorizados contra outros indivíduos, contra feras e contra os cataclismas naturais, até então inexplicados. Viviam preocupados apenas com a própria subsistência, na luta pela vida, — o “struggle for life”, de Darwin.

Quando, porém, uma centelha de inteligência atravessou o cérebro obtuso, o homem compreendeu a necessidade de

obter companhia permanente, não só para satisfação da sua própria libido, mas também para a procriação de filhos e para a ajuda na conquista de alimentos.

Se, até então, fôra nômade, — entregue, sobretudo, às atividades de caçador e de coletor de folhas, raízes e frutos, o homem se tornava sedentário à proporção que cresciam as dificuldades para o transpor da prole indefesa.

A FAMÍLIA foi o primeiro grupo social surgido.

Com ela, a primeira manifestação da POSSE, a primeira noção de SOCIEDADE.

Com ela, ainda, o esboço da noção de AUTORIDADE.

Quanto à PROPRIEDADE, o homem sentirá a necessidade de buscar ABRIGO na caverna ou na floresta, e a de contar com um território DE CAÇA E PESCA E DE COLETA, a fim de assegurar a sua própria e a subsistência da família.

O sedentarismo provocou a AGRICULTURA e a ATIVIDADE PASTORIL.

Como o grupo social, a família se desenvolveu, interpenetrou-se com as famílias igualmente constituídas nas vizinhanças.

Estabeleceram-se vínculos de sangue e de interesses, a defesa contra tudo e contra todos, dos membros da família e do território donde lhes vinha o sustento.

Podemos sintetizar, linearmente, a evolução da HUMANIDADE: a família, como célula-mater; o grupo de famílias dando origem ao clã; o conjunto de clãs formando a tribo; as tribos constituindo a sociedade. A sociedade ganha aos poucos, uma estrutura, com um Governo. O Governo age consoante aos USOS E COSTUMES, — isto é, de acordo com as LEIS CONSUTUDINÁRIAS, na preservação do grupo social ampliado, do território que habita e usufrui. Havendo povo, território e Governo, deu-se o passo final para a formação do ESTADO.

Vemos, portanto, que a família se tornara o núcleo central da sociedade humana, organizada politicamente pelo ESTADO, pouco importando o número de indivíduos e a extensão do território que passou a englobar.

Sem esse grupo social originário, o único por sua natureza, e fins, em condições de aglutinar o homem primitivo, e de dar à sua luta contínua pela conquista de alimentos, um sentido mais elevado de solidariedade, não teríamos tido a formação dos posteriores e cada vez mais complexos segmentos do clã, da tribo, da sociedade e do Estado.

A comunidade do parentesco, ou melhor, a voz do sangue, iria se o poderoso fator de aglutinação social, de disciplinamento, de governo da sociedade e de constituição do Estado, como corolário do desenvolvimento cultural e político do HOMEM.

Por sua importância na sociedade humana de todos os tempos, da família, como célula-mater precisava ser consolidada e preservada. Daí, os ritos legais e religiosos estabelecidos.

Cada Estado cuidou, com carinho e solicitude, do seu DIREITO DE FAMÍLIA. Erigiu leis e normas para a constituição daquela, "pari-passu" com os direitos e obrigações dos cônjuges entre si, perante a sociedade e perante, sobretudo à prole. São vínculos de ordem moral e de ordem material.

Vimos, na sucessão dos tempos, e nas organizações sociais elementares, ou ditas civilizadas, os mais variados sistemas e regimes, assim como: MONOGAMIA-POLIGAMIA-POLIANDRIA-MATRIARCADO-PATRIARCADO etc. Tudo como prova do desejo e da necessidade da humanidade viver associada, viver comunitariamente.

A prole sempre se constituiu num objeto de principal atenção dos legisladores de ambos os hemisférios, porque na preservação da espécie, reside também, a preservação dos interesses do grupo familiar, do grupo social e do grupo nacional ou Estado.

Correta a afirmativa de que "a Nação caminha pelos pés das crianças"

Assim, pois, um dever do Estado defendê-las e integrá-las nos objetivos permanentes da Nacionalidade.

A Religião, antecessora do Estado, se imiscuía desde o princípio, na constituição da Família. Preocupou-se com a conservação da união dos casais, a fim de que se fortalecessem os laços da solidariedade de sangue em relação aos filhos procriados.

Um simples relance de olhos nos indica a intervenção religiosa no casamento nas sociedades tribais pré-letradas, como no casamento em sociedade de escala superior.

O Ocidente sofreu a direta influência do Cristianismo. Segundo os postulados cristãos, faz-se no Céu a união do homem e da mulher, se no Céu, é indissolúvel, é eterna.

Houve um momento histórico em que a indissolubilidade do matrimônio veio a sofrer grande impacto.

Ao eclodir o cisma de Martinho Lutero, com o movimento da Reforma, os laços matrimoniais se enfraqueceram aonde a Reforma foi adotada. Um liberalismo inconseqüente passou a permitir, nos países, sobretudo, anglo-saxões, a dissolubilidade do matrimônio.

Mas, o sul da Europa, nos países latinos, — o Catolicismo continuou a preponderar, e, com ele, o matrimônio indissolúvel como sacramento. De 1970 a esta parte, apenas a Itália debandou, quando pela Lei número 898, de 01 de dezembro daquele ano, adotou o que passou a chamar-se popularmente de "PICCOLO DIVORZIO", mas, na verdade, falando em cessação de efeitos civis do casamento, sem mencionar a palavra divórcio.

A América Latina, sob o domínio de Espanha e Portugal, é Católica, Apostólica e Romana.

Em conseqüência, encara o casamento, no plano civil e no plano religioso, como indissolúvel, porque o que Deus ata não compete ao homem desatar.

Do Brasil-Colônia ao fim do Segundo Império, o Catolicismo fôra a religião oficial do Estado. Como tal, absorvia e monopolizava determinadas funções, inclusive a de efetuar casamentos, com efeitos civis totais. O casamento, sacramento da Igreja, era, e é indissolúvel.

Com o advento da República, sob a égide do Positivismo, a indissolubilidade matrimonial prosseguiu.

O próprio Rui Barbosa, ao formular o projeto da primeira Constituição Republicana, não poderia fugir às influências e às inclinações de sua época. De um lado, o Catolicismo, religião tradicional e majoritária; de outro lado, a Igreja Positivista Brasileira, inspiradora do vitorioso Movimento Republicano. Ambos, inflexíveis, e Rui Barbosa teve de manter, portanto, a indissolubilidade do matrimônio, embora tivesse havido a separação entre a Religião e Estado.

Clóvis Beviláqua elaborou o Código Civil Brasileiro, transformado na Lei número 3017, de 01 de janeiro de 1916.

Também sob os influxos do sentimento religioso do povo brasileiro, Clóvis Beviláqua não poderia fugir da tradição consorciada com a necessidade de impedir-se a desagregação do casamento, como fator de desagregação da Nacionalidade.

Na parte Especial, Livro I, relativa ao Direito de Família, prevê, no artigo 183, e seus 16 itens, os impedimentos que possam ocorrer para a perpetração do matrimônio, e, no Capítulo IV, enuncia as formalidades legais para a celebração do mesmo.

Vamos encontrar, no Capítulo VI, as condições exigidas para que seja nulo, ou anulável, o casamento consoante o nosso Código Civil.

Fora disso, nenhuma outra concessão, nenhuma outra liberalidade, atribuída ao exdrúxulo fenômeno, apelidado de "modernismo", que, para mim, não passa de modernidade viciosa e nociva".

O quase-nenhum-direito da Mulher, na Sociedade Brasileira dos tempos da Colônia, do Reino e do Império, em dar uma destinação própria e autônoma à sua vida, provocava, em muitos casos, erros e injustiças clamorosos. A Mulher era vítima dos preconceitos, e, mormente, da vontade paterna, autoritária e absoluta.



Em muitos casos, a Mulher já conhecer o noivo apenas na hora do casamento. Eram casamentos de interesse, como o são, ainda hoje, os monárquicos. União econômica ou política, para fortalecimento concomitante de ambas as famílias dos nubentes.

Nem sempre, pois, surgia o amor. Nem sempre, pois, havia afinidade entre os casais.

O marido procurava, então, compensações fora do lar. Mas, a mulher, prisioneira sob todos os aspectos, era a grande sofredora, cumpria o destino de mártir.

Hoje em dia, porém, com a permissividade atual, não mais ocorrem aqueles erros, aquelas violências, aquelas injustiças.

A Escola, a Imprensa, o Rádio, a Televisão e o Cinema derrubaram os preconceitos e os vícios da sociedade brasileira e educaram a mulher. Ela trabalha fora, não é mais uma dependente servil do homem, do ponto de vista econômico.

Esse permanente contato com o mundo extra-lar dá condições à mulher de um julgamento mais acurado das pessoas e do meio que a cerca. Ela pode escolher livremente o companheiro de toda vida, após analisá-lo, compará-lo e verificar se é portador dos predicados que ela exige.

São raros os erros na escolha, porque vivemos tempos outros, em que prevalece, tão só, a vontade do homem e da mulher que se casam. Caíram as injunções despóticas. Há liberdade plena.

Em face disso, os casamentos são mais sólidos e mais harmônicos, como resultado de um entendimento mais amplo, de uma conjunção mais perfeita de interesses, de uma afinidade espiritual e intelectual mais completa entre os cônjuges.

Não há porque, então, modificar a estrutura de instituição do matrimônio de maneira a amolecerem-lhe os alicerces, ao ponto de poder provocar a sua desagregação e a sua ruína.

Alguns parlamentares que alimentam o cacoete do divórcio, pretendem aproveitar-se das novas e mais liberais disposições para aprovações de emendas à Constituição de 1969, introduzidas recentemente pelo Presidente da República, e fazer com que o divórcio seja introduzido no Brasil.

A grande massa da população brasileira é visceralmente contrária a essa iniciativa, já por seu arraigado espírito religioso, já pela sua visão pelos malefícios incalculáveis que acarretará à Nação do ponto de vista social, econômico e moral.

Temos que considerar as consequências do divórcio.

Não se justifica a dissolução de um casamento, feito com plena liberdade de escolha por parte dos nubentes, após convívio estreito na sociedade, quando se tornou propício o estudo da personalidade de cada qual.

A implantação do divórcio representará a queda dos valores morais, culturais e religiosos da Nação Brasileira, e permitirá, em seu lugar, o materialismo que embrutece e degrada os homens. Pensemos nos filhos dos casais separados, vejamos o drama que passam a viver.

Diz a lei que o esposo é compelido a pagar pensão alimentícia à esposa economicamente desamparada, como é compelido a pagar as despesas de manutenção e de educação dos filhos resultantes da união fracassada.

A experiência mostra que essa lei, na maioria dos casos, não se cumpre, apesar das penalidades previstas em face de inadimplimento. Os Tribunais estão abarrotados de processos contra os faltosos no cumprimento do dever, que se negam a pagar pensão judicialmente estabelecida, por ocasião da separação do casal.

Essas crianças crescem envergonhadas, traumatizadas, frustradas, revoltadas. Revoltam-se contra os pais e contra a sociedade. Como vingança, em muitos casos, entregam-se aos tóxicos, ao crime e à prostituição. São marginais dentro do corpo social, ao qual põem em perigo, por atentarem contra os princípios morais e éticos sobre que se erigira.

O divórcio é uma contrafação do amor-livre; zomba da sagrada instituição do casamento e, contra ela conspira permanentemente.

Oportuna e louvável a reação da Igreja Católica à tentativa de dissolução da família brasileira".

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jurandir Messias, estamos ouvindo, com muita atenção, o pronunciamento magistral de V. Exa. sobre a condenação que faz do divórcio, a dissolução do casamento.

Rui Barbosa, o mais eminente jurista que a História do Brasil conhece, defensor do casamento indissolúvel, se hoje fosse ouvido e tivesse uma cátedra no Parlamento, naturalmente defenderia, e não só defenderia, lutaria pela não dissolução do casamento. E digo isso com muita tranquilidade, Sr. Deputado, porque sou também consorciado há 23 anos. Desse feliz consórcio nasceram 10 filhos. Somos uma família que vivemos em paz, vivemos em harmonia, vivemos muito bem e não nos arrependemos da sociedade que fizemos e sempre a honramos, e sentimo-nos contentes por tê-la feito.

Entretanto, observamos nestes nossos 47 anos, que tanto oficialmente, como individualmente, neste País, onde o sacrifício econômico é imposto de forma violentíssima àqueles que aqui habitam, setenta por cento dos consorciados se separam. E o motivo dessa separação é a incompatibilidade de sentimentos, a incompatibilidade de ação, a incompatibilidade de pensamento, que passa a aparecer só depois do contrato conjugal. Esses casais consorciados perante a lei civil, perante a lei religiosa, quer clerical, quer evangélica, se separam. E os cônjuges separados passam a ser nem casados e nem solteiros. Os filhos nascidos destes casais têm reservado para si a marginalidade. Têm apontado para si o dedo da justiça, da Polícia, da Sociedade e da Lei.

O divórcio viria resolver, senão definitivamente, pelo menos em parte este grande problema social. Porque o casal ao consociar-se, logo depois verificando a incompatibilidade de gênios, não poderia comportar esta sociedade dentro da harmonia necessária para manter indissolúvel, como é determinado pela lei civil e até pela lei religiosa, ele se separaria logo no primeiro ano de casado.

Destruiria, a princípio, o preconceito de virgindade, destruiria a princípio o preconceito da religiosidade, destruiria, acima de tudo, o preconceito da decisão oficial e determinativa da própria lei.

Assim como iria destruir, nobre Deputado, este problema social cruciante que cresce, que se desenvolve e que se avoluma a cada dia que passa.

Eu digo como cidadão casado, como pai de dez filhos, como esposo cumpridor dos deveres, com uma esposa que sempre honrou e cumpriu o seu dever para com o nosso lar.

Sou a favor do divórcio.

Porque ele vem resolver um problema profundo na sociedade brasileira.

O vosso discurso retrospectiva fundamentalmente o valor da instalação do casamento neste País. Entretanto, esqueceu o autor de verificar a contraposição do mesmo, deste valor, e V. Exa. não precisa ir longe, faça uma pesquisa entre dez vizinhos e converse com seriedade, com sinceridade e com lealdade, perguntando aos consorciados se são realmente compatíveis ou felizes.

E V. Exa. verificará que a maioria deles está vivendo consorciados, não em respeito à unidade de família, mas em respeito a determinativa da lei. E o próprio Deus, o Criador, o Chefe todo Poderoso de todas as organizações religiosas que possam existir neste planeta terráqueo, neste instante devem estar a favor do divórcio.

Porque ele virá legalmente resolver um problema social tão prejudicial e que têm prejudicado tantas e tantas milhares de

famílias por este planeta afora.

Por isto, Sr. Deputado, embora admirando o vosso pronunciamento me permiti contrariá-lo porque sei que o divórcio é acima de tudo mais do que necessário. Entendo que ele não fere em absoluto a vontade das religiões e que é a suprema vontade de Deus.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço o eminente aparte do Deputado Lúcio Machado.

V. Exa. teve uma oportunidade de manifestar o seu ponto de vista como tem este Deputado que ocupa a tribuna.

Vou ler um artigo de um repórter publicado num jornal editado nesta Capital. No seu comentário político "Panorama" diz o seguinte:

"A Assembléia do Paraná não aprovaria o Divórcio".

Com isto, Sr. Presidente, com esta nota, entendo perfeitamente que não é unânime a Assembléia se por uma eventualidade nós tivéssemos que aprovar a Lei do Divórcio, teríamos, evidentemente, além de V. Exa. talvez mais algum Sr. Deputado que votasse contra a Lei do Divórcio.

Não podemos deixar de mencionar as reações enérgicas de ilustres prelados, em nome da maioria esmagadora do povo.

Tivemos, há poucos dias, em Cuiabá, eloqüente marcha dos Católicos, em sinal de protestos contra dois movimentos, e da divisão do Estado do Mato Grosso e do divórcio, através de Emenda Constitucional.

Coube a Brasília, na madrugada de ontem, assistir a "Rozalia Mariana", na intenção de santificação da família una, santa, indissolúvel".

Embora a concentração houvesse sido marcada para a meia-noite de sábado, milhares de fiéis acorreram ao apelo de D. José Newton, Arcebispo de Brasília, e provaram, com a sua presença nas ruas, que são avessos à Emenda Constitucional pretendida, tendo o divórcio como alvo.

Esclarecedoras as declarações de D. José Alves Trindade, Bispo de Montes Claros:

"... A Igreja não pretende impor ao Congresso Nacional sua posição anti-divorcista. Mas espera que Senadores e Deputados atendam, ao se manifestarem, para a vontade da maioria de seus eleitores, que repudia o divórcio. Acho que, sobretudo no Interior, onde se leva uma vida mais dura, mais difícil, menos influenciada pelos meios de comunicação, a oposição ao divórcio é mais acentuada, e devemos nos lembrar que o Brasil mais brasileiro está mais dentro do País do que as Capitais".

D. Mário Teixeira Gurgel, Bispo de Itabira, disse que "o problema não é só divórcio ou não-divórcio. O divórcio legalizará um mal existente, — a desagregação da família. O que importa é ir às causas desse mal, a procurar fortalecer a família".

Os Bispos do Rio Grande do Sul, reunidos em assembléia ordinária na cidade de Santa Maria, enviaram ao Presidente Ernesto Geisel o seguinte telegrama: "no momento em que Vossa Excelência estuda temas de maior relevância para nossa Pátria, permitimo-nos respeitosamente manifestar nossa preocupação pastoral em face da possibilidade de quorum para aprovação de emendas constitucionais. A iniciativa significaria fácil introdução do lamentável divórcio, além de romper a sábia praxe universal que assegura a máxima estabilidade às Cartas Magnas dos países."

D. Eugênio Sales, Cardeal do Rio de Janeiro, expediu, por sua vez a seguinte nota: "a Igreja pode e deve emitir um juízo moral sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exigem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Emprega, para isso, recursos evangélicos".

"O Executivo investido das funções legislativas, achou por bem reduzir para a maioria absoluta o quorum de 2/3 anteriormente exigido em uma reforma da Carta Magna. Os

legisladores haviam incluído a indissolubilidade do matrimônio no texto de nossa Constituição, amparando assim o vínculo matrimonial".

"A recente alteração veio a debilitar essa salvaguarda à família brasileira. Deixa em mãos de uma eventual maioria esse e outros assuntos de grande importância para a vida moral e social desta Nação. No meu entender, o País retrocedeu; lamento o erro. A Igreja, entretanto, permanece e os homens passam".

D. Aloísio Lorscheider, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi taxativo ao afirmar que "a Igreja não mudará sua posição em relação ao divórcio. O movimento a favor da sua aprovação é uma artificialidade estorpecedora, que desonra nosso País e demonstra a existência de pessoas sem fibra para colaborar efetivamente na construção de um Brasil melhor".

Mais agressivo, D. Aloísio declara adiante... "O divórcio significa concretamente que Cristo é mentiroso, pois ele disse que o que Deus uniu o homem não separa. E afirmar que Cristo é mentiroso certamente não é uma atitude cristã, é uma blasfêmia". A Lei do divórcio é subversiva, é contra a verdadeira ordem. É a lei humana contra a lei divina".

Temos que apoiar e aplaudir com todas as nossas forças, "A Semana da Família", iniciada, sábado último, em Curitiba, com Missa Solene na Catedral Metropolitana, e que se prolongará até 9 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Esta Presidência lamenta informar a V. Exa. que seu horário está esgotado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Solicitaria ao Líder da bancada da ARENA se me concede o tempo reservado à mesma.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Líder da ARENA confere ao Deputado que está na tribuna o tempo que lhe é, regimentalmente, conferido para concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — V. Exa. tem mais 15 minutos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Embora houvesse sido elaborada ainda em outubro do ano passado, — portanto, sem constituir resposta à iniciativa divorcista no Congresso Nacional, — não deixará de contribuir para o fortalecimento da campanha em prol da indissolubilidade do matrimônio.

"Quando a família é unida, — afirmou D. Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, — vive com fé, quando pais e filhos se amam de verdade, tudo o resto se torna fácil. Os grandes problemas nascem na família, mas também só nelas se encontram as grandes soluções".

São categóricas e dignas de meditação as declarações de D. Pedro Fedalto: "O divórcio é o caos. Caos moral e social. Não separa o homem o que Deus uniu. Nossa opinião tem sido a mesma ao longo dos tempos. Aliás, São Paulo falando aos Coríntios, é bem claro quando diz: "mando não eu, mas o Senhor, que homem não separe da mulher". Acrescentarei que, até por simples espírito cristão, nunca os casais deverão se separar, antes, sim, devem procurar reencontrar-se pela fé, pela compreensão mútua, pelo amor aos divinos frutos do matrimônio, que são os filhos".

Devemos aproveitar o ensejo da realização da "Semana da Família" em nossa Capital, para aprofundar-nos no estudo das conseqüências nefastas que hão de advir, com o divórcio, para a estabilidade e a segurança da família brasileira.

Lavro o meu protesto, que significa o protesto das populações laboriosas e cristãs do Oeste e Sudoeste do Paraná, contra as três emendas divorcistas encaminhadas ao Congresso Nacional.

A campanha dos oportunistas, que cortejam votos de parcela ínfima do eleitorado brasileiro, através de iniciativas dessa espécie, prefiro ficar com a Nação Brasileira, eterna e grandiosa, agora ameaçada, na sua integridade, com a desagregação da célula-mater, da família, no seio da qual nascemos e



aprendemos a amar e defender a Pátria comum.

Convençamo-nos, definitivamente, de que o divórcio é o cáos. É um crime de lesa-Pátria a sua adoção no Brasil.

Eu concedo o aparte, primeiramente, ao eminente Deputado Lázaro Dumont.

**O Sr. Lázaro Dumont** — Muito obrigado, nobre Deputado.

Nobre Deputado Jurandir Messias, quero parabenizar V. Exa. pela oportunidade do assunto que traz nesta Casa, no dia de hoje e parabenizar pela tomada de posição de V. Exa., a qual nós apoiamos também. Por outro lado, discordar de alguns, com todo o respeito, de que não falando nem a favor e nem contra a implantação do divórcio no País, pois eles afirmam que o momento político nacional é inoportuno para se tratar deste assunto. Eu acredito piamente que inoportuno será todas as vezes que se tratar deste assunto, porque muitos justificam o divórcio como solução de uma família.

Agora, eu pergunto: será que, não todas, mas será que estas famílias alguma vez tentou rezar junto com a sua esposa, tentou juntamente numa mesa agradecer a Deus por aquela refeição, agradecer a Deus por aquele trabalho? Será que essas famílias alguma vez difundiu o amor cristão, a fé em Deus, o culto religioso dentro do seu lar, dentro do seu seio? Se nós deixássemos de perder tanto tempo com joguinho de buraco, de perder tanto tempo com ceias, de perder tanto tempo com coisas fúteis e tratássemos realmente dos problemas internos da família; se nós discutíssemos mais os nossos problemas da nossa família do que da família do próximo, do nosso vizinho, a nossa família viveria muito bem, muito melhor e nós teríamos muito menos problemas para sanar.

Eu, com todo o respeito, discordo aqui do Deputado Lúcio Machado em suas últimas palavras, quando disse que Deus hoje estaria favorável ao divórcio. De maneira nenhuma, porque ele sempre teve e a própria história já diz, no exemplo de Sodoma e Gomorra, de vidas pecaminosas, de casais que não se respeitavam e que por castigo de Deus foram tirados da face da terra. Nos dez mandamentos da Igreja ou de Deus, por Moisés e que não são coisas de agora, nos dois mandamentos fundamentais: não desejar a mulher do próximo e honrar pai e mãe, se houver divórcio neste País, que mãe nós vamos honrar? Que pai que nós vamos honrar? Se teremos dois ou três pais ou duas ou três mães?

Então, nobre Deputado, congratulo-me definitivamente com V. Exa. sobre este assunto e gostaria que realmente não existisse e se não existissem os problemas fossem menores ou em bem menor número neste País. Mas, novamente eu afirmo que, se o homem ou a mulher, seja ele de qualquer credo religioso, realmente resolvesse respeitar-se mutuamente, se trouxessem para dentro da sua casa o Deus que eles amam e que eles adoram, se eles tivessem condições de, pelo menos uma vez por semana aos domingos ou seja lá o dia que o culto religioso dele permitir, pegasse na mão da sua esposa ou na mão dos seus filhos e dissesse: vamos meus filhos agradecer a Deus pela família que nós somos e que Ele nos favorece.

Se houvesse diálogo entre esposo e esposa, se houvesse maior compreensão não se estaria hoje, de maneira nenhuma se debatendo sobre esse assunto, se tentando com uma farsa tentar resolver o problema.

Agradeço a V. Exa. pela concessão do aparte.

**O SR. JURANDIR MESSIAS** — Agradeço o brilhante aparte do Deputado Lázaro Dumont e concedo aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

**O Sr. Quielse Crisóstomo** — Nobre Deputado Jurandir Messias, o assunto que V. Exa. aborda da tribuna, é um assunto momentoso. Um assunto que no passado poderíamos qualificar o tribuno corajoso, aquele que viesse defender a implantação do divórcio no Brasil. Mas hoje qualificamos de mais corajoso o pronunciamento contra o divórcio no Brasil.

Porque nós notamos que da evolução nós copiamos invo-

luções e infelizmente, nota-se de que caminhamos para lá. Digo infelizmente, porque se chegar a ser implantado no Brasil, o divórcio, nós haveremos de copiar mais um dos muitos erros que copiamos dos países mais evoluídos. Entendemos que o divórcio é exemplo de outros tantos temas: humanos, técnicos ou religiosos, e que um país em desenvolvimento deve espelhar-se nas grandes potências, ou nas mais vividas potências mundiais, ou pelo menos nos países mais antigos de civilizações mais vividas, não mais evoluídas, nós deveremos espelhar-nos para que os erros deles não sejam repetidos por nós. Porque a própria ciência, se nós fôssemos pesquisar os laboratórios, nos seus princípios que a ciência nos traz escritas, dos livros nós, haveríamos de novamente termos um novo Pasteur e outros tantos estudiosos.

Mas nós louvamos aquilo que já está escrito; nós nos louvamos da experiência dos que já passaram, dos que já viveram problemas pelos quais nós haveremos de passar e haveremos de viver.

Um deles, nobre Deputado, é o problema da manutenção da família. Acreditamos mesmo que nos países como os Estados Unidos e outros, o divórcio fosse uma pretensão da manutenção da integridade da família. Acreditamos que nenhum legislador tenha implantado o divórcio, tenha proposto a implantação do divórcio num país, não fosse com a intenção precípua da manutenção da integridade da família. Contudo, o exemplo que nós temos na literatura, em todos os países onde o divórcio já foi implantado, é o desastre do divórcio, o desastre, onde o casamento e o descasamento é uma constante. Onde os casais jovens se propõem ao matrimônio aqui, já anunciando que se não der certo, já tem um outro matrimônio em vista, porque é só acertar aqui, e desacertar ali. Se nós no Brasil, temos problemas sérios entre casais, e ainda recentemente eu ouvi um pronunciamento de pessoa, a respeito do assunto, dizendo que nós temos uma só vida, e se no casamento nós somos infelizes, nós temos o direito de recorrer a um outro matrimônio porque esta é uma única só vida.

Mas, o exemplo nos dá o testemunho de que esse não é o caminho. Porque um casal divorciado é um casal candidato a um novo casamento e esse novo casamento é um novo convite a um novo divórcio.

Verificamos em todos os países e em todas as classes sociais de todos os países, não é um problema apenas de Hollywood, não é um problema apenas dos Estados Unidos e dos artistas de cinema, ali se espelham e nós verificamos em alguns filmes montados, acredito eu até propositalmente montados, para elucidar o mundo dos problemas do divórcio nos Estados Unidos.

V. Exa., nobre Deputado, e muitos nobres Deputados desta Casa, haverão de recordar-se em filmes americanos, dos problemas dos filhos de casais divorciados.

De filhos que não sabem, como disse bem o nobre Deputado Lázaro Dumont qual é a mãe do dia. Filhos que estão estudando em colégios e quando vão para casa, a sua madrasta é uma, nas férias seguintes a madrasta já é outra. E já não se sabe a sua mãe com que padrasto está casada nas férias. Então existem filhos por parte de pai e filhos do tio do irmão da avó e assim por diante.

Se isto é a solução para uma família, então onde é que nós estamos? O erro fundamental do número de desquites em nosso país, atribui-se não à legislação; atribui-se sim, nas palavras ainda de Lázaro Dumont, à falta de formação moral, à falta de religião e à falta da consciência do que é uma família.

Porque, nós sabemos, nós como Deputados, quantas vezes em nossos gabinetes chegamos pais de noivos, pedindo emprego, para o seu filho, porque ele vai casar na semana seguinte. E nós com os olhos e a mente estarecidos: — mas como, o seu filho vai casar e ele ainda não tem emprego? O Senhor não pode sustentar nem a si próprio. — Pois é, mas ele

decidiu casar e vai casar. Quantos casais, nobre Deputado, quantos casamentos que nós vemos e assistimos em que o noivo não tem condições de pagar a despesa do casamento. Não tem emprego e nem pretende trabalhar, muitas vezes, mas se casa; este sim, é um erro da lei brasileira, porque o casamento é uma responsabilidade que deve exigir condições para ser assumida. E aqui o legislador deve se preocupar não em aplicar uma fórmula falida já aplicada em outros países e sim, corrigir a nossa que ainda é a melhor. Porque da dificuldade do acerto de um casal separado é que nós vemos ainda a manutenção de muitos casamentos. A luta ainda entre casais que evitam a separação.

E sabemos, nós somos humanos; não é possível como nós temos visto exemplos que se repetem a cada dia. Casais que depois de 20 anos resolvem se desentender. Mas 20 anos, depois de um ano já devem se conhecer bem. Então é preciso meditação; é preciso formação e informação religiosa, é preciso o respeito à mãe e aos filhos, é preciso o respeito ao pai e aos filhos, para que nós possamos chegar ao "desideratum" comum que é a unidade da família brasileira.

E quero pedir a V. Exa. que tão brilhantemente nesta tarde, da tribuna, se ateve ao tema momentoso, que levasse adiante...

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Informo ao orador que o seu tempo está esgotado.

E esta Presidência lhe concede mais um minuto para que termine sua oração.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Pergunto ao nobre orador se posso concluir.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. pode concluir.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Muito obrigado.

E que nós legisladores, nos detivéssemos um pouco mais para a responsabilidade do casamento e não para uma fórmula falida que viria incentivar ainda a desintegração da família brasileira.

Muito obrigado e parabéns a V. Exa.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Lamento nobre Deputado Lúcio Machado, mas o Presidente fez soar as campainhas; meu prazo já está esgotado e eu pretendo encerrar meu pronunciamento.

Quero agradecer ao Deputado Lázaro Dumont e ao Deputado Quielise Crisóstomo, e ao Deputado Lúcio Machado, pelos apartes ao meu pronunciamento. E pela maneira com que os dois últimos situaram o problema do divórcio.

Realmente Lázaro Dumont e Quielise Crisóstomo vieram colaborar profundamente com o nosso pensamento e, tenho a certeza, com o pensamento de todos que estão presentes.

Ao deixar esta tribuna o faço profundamente realizado porque entendi que esta Casa de Leis, que esta Casa do povo está ao nosso lado, está contra o divórcio, está ao lado da família brasileira, está ao lado dos filhos, dos nossos filhos.

Pretendemos ainda, Sr. Presidente, encaminhar um requerimento, que passamos a ler: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um veemente apelo a todos os integrantes das bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento na Câmara e Senado Federal, no sentido de liderarem a campanha cívica em defesa da integridade da família brasileira, contra a instituição do divórcio, que se pretende através de Emenda Constitucional, se implantar no Brasil.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977."

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença nesta Casa, do digno Prefeito de Xambrê.

Consulto a liderança do MDB se fará uso dos 15 minutos

que lhe são destinados.

O SR. TRAJANO BASTOS — O horário será usado pelo Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após a decretação do Governo Federal, do confisco incidindo sobre a soja, esta Casa assistiu a diversos pronunciamentos dos Srs. Deputados, manifestando-se a respeito do problema.

Em consubstancioso discurso proferido nesta Casa, o Deputado Lázaro Dumont, homem estreitamente ligado à agricultura deste Estado, aos Sindicatos e Federação da Agricultura, que sente de perto o problema, manifestou-se contrário ao confisco, expondo seu ponto de vista.

Deputados ligados às regiões produtoras da soja, sentindo as reivindicações das Cooperativas, dos produtores, também se manifestaram.

Podemos dizer que as manifestações, quase que unânimes, foram contra o confisco da soja. Aqueles Deputados que não endossaram posição contrária, procuraram justificar de que o confisco atingia índices mínimos e de que 7 por cento não representaria ônus ao produtor, e traria possibilidade ao governo de obter recursos para devolvê-los à própria agricultura.

Sr. Presidente, ontem o Conselho Monetário Nacional, em nova resolução, entendeu de aumentar o confisco de 7 para 12 por cento, causando, assim, nova apreensão entre aqueles que já haviam manifestado seu ponto contrário ao confisco da soja.

Tenho em mão, Sr. Presidente, um ofício da Câmara Municipal de Cascavel, aprovado por unanimidade, no dia 11 de abril. E como todos sabemos, Cascavel é um dos maiores produtores de soja do Estado.

O ofício está vazado nos seguintes termos:

"Prezados Senhores:

Em atenção ao requerimento de autoria da bancada do Movimento Democrático Brasileiro desta Casa, subscrito por seu líder, Vereador Octacílio Ribeiro da Silva, aprovado por unanimidade de votos em sessão ordinária realizada em data de 11.04.77, cumprimos o dever de solicitar o apoio de V. Ss., em solidariedade à COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda., sediada nesta cidade de Cascavel, com o fito de encaminhar sugestões às seguintes autoridades: Exmo. Sr. Presidente da República; Exmo. Sr. Ministro da Fazenda; Exmo. Sr. Ministro da Agricultura; Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná; e ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, sugerindo àquelas autoridades um reestudo no sentido de tornar sem efeito o CONFISCO DO SOJA.

Justificando, este pedido, disse o nobre Edil, que é evidente que as comunidades que vivem diretamente ou indiretamente do ciclo do soja, não podem, nesta hora deixar que a COTRIGUAÇU, lute sozinha nesta campanha contra o CONFISCO DO SOJA. A união das forças se faz necessária nesse sentido, a considerar que o resultado, se favorável, ou seja, se conseguida a revogação do confisco, beneficiará a todos, e se contrário, nenhum prejuízo trará, pois a dinamização do princípio de unidade ficará estabelecida definitivamente, enquanto a iniciativa nos meios legislativos municipais, constituirá um princípio sadio de entrelaçamento".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, eminentes Deputados já se manifestaram a esse respeito. Estou anexando todos esses pronunciamentos que embasam e demonstram que esta Assembléia, sistematicamente, tem se manifestado contra o confisco do soja

Assim sendo, entendo que, agora, nesse novo aumento, tenderá o clamor, contra o confisco, a aumentar. E aumentar porque ele representa, na realidade, uma percentagem de 2 por cento, não que haja uma contribuição ao Governo, mas como um ônus pesado ao produtor. Pesado porque temos que ter em

vista que, como disse, desta tribuna, o nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio, que 30 por cento da safra foi sacrificada por uma longa estiagem que houve. E nós como representantes do Paraná, como representantes de um dos Estados que mais produz soja, não podemos ficar à mercê desse prejuízo que todo o Estado sofre, que todos os produtores irão sofrer.

Peço então o apoio da Casa para que diga, publicamente, às autoridades do setor que, formalmente, se lavra, aqui, o nosso protesto contra esse novo aumento. E que a Casa, em nota oficial manifesta-se contrária ao confisco do soja

**O Sr. Lázaro Dumont** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado é com tristeza que ofereço este aparte a V. Exa., porque, lamentavelmente, o lavrador brasileiro é o culpado de quase tudo que acontece neste País. A ainda na semana passada, quando tivemos oportunidade de trazer, a esta Casa, reivindicações para que se agisse melhor numa sustentação do preço mínimo do milho, dissemos, antes de apresentar o requerimento, que a indústria brasileira, os industriais, evidentemente, não são todos, mas aquele círculo fechado que promove, constantemente, almoços, jantares, banquetes ao Sr. Ministro da Fazenda — que, pelos jornais acompanhamos — sempre levaram o Ministro da Fazenda às classes industriais, dificilmente às classes rurais. Dissemos, naquela oportunidade que, lamentavelmente, seria ouvido pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministro da Fazenda o pedido dos industriais brasileiros para que se elevasse a mais de 7 por cento o confisco do soja. E não faz nem uma semana que foram feitas estas reivindicações e já os jornais de hoje trazem como fato consumado.

É de se lamentar realmente porque não é só nesta Casa, as entidades de classe e as cooperativas, os homens líderes rurais deste Estado, do Estado de Santa Catarina, do Estado do Rio Grande do Sul, os maiores Estados produtores de soja deste País, se levantaram e vieram a altos brados pedir ao Governo que não desse este confisco e que se sacrificasse mais uma vez o lavrador.

Nós tivemos praticamente duas respostas. Eu não sei se poderia definir como respostas.

Uma que a agricultura seria a causa da inflação e da alta do custo de vida deste País, quando sabemos que isto não é verdade já que soubemos, agora mesmo, que a pedido dos industriais se aumentará o confisco do soja.

Outro pronunciamento: de que os plantadores do soja do Paraná iriam ficar ricos com o preço atual da soja.

Nós acrescentaríamos, no lucro do preço do soja hoje, estes mesmos plantadores iriam apenas amenizar o prejuízo que Deus queira que não, mas a própria tradição vem dizendo isto do Estado, que terá, com raras exceções, uma plantação de trigo que vai se iniciar em breve e que já está se iniciando.

Congratulo-me com V. Exa. e me entristeço mais uma vez como homem ligado aos meios rurais de nosso Estado, de ver que mais uma vez a agricultura não só tem a responsabilidade de trazer os dólares suficientes para este País em 70 por cento, como também, mais uma vez, sacrificada, pagar, talvez, por aquilo que não tem culpa.

Muito obrigado, nobre Deputado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Agradeço a V. Exa. o aparte porque ele é coerente com a posição que V. Exa. tem adotado sistematicamente.

Na realidade, é lamentável que se atribua à agricultura ocasionar a inflação. Porque quer me parecer que o Brasil, ainda, depende estritamente da agricultura.

E basta aferir-se de que a atual política de exportação do Governo calcada quase que exclusivamente na exportação, está baseada nos produtos agrícolas.

São eles que trazem divisas. Não apenas o café, mas agora a soja e todos os derivados da agricultura.

Portanto, me parece que é um tratamento injusto que se

faz com os homens que lutam na agricultura. E ainda este aumento de 12 por cento é discriminatório. Discriminatório porque o homem que vendeu o soja ontem pagou 7 por cento. E o homem que está vendendo soja hoje está pagando 12 por cento. O que vai gerar uma instabilidade entre os produtores que ficarão, de agora em diante, a persistir o confisco, sempre na incerteza de que se vai ou não ocorrer novo aumento do confisco, fazendo com que o produtor procure, de imediato, se livrar de seu produto, e não possa acompanhar a oscilação natural do mercado.

Fazendo então com que aqueles intermediários que exploram, aqueles que se servem de intermediários que retêm o produto para esperar melhor preço do mercado para terem realmente o lucro que se pode esperar.

**O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias)** — (Faz soar os tímpanos)

Esta Presidência lamenta interromper o pronunciamento de V. Exa., mas comunica que o tempo está esgotado, porém lhe concede mais um (01) minuto, para a conclusão.

**O Sr. Lúcio Machado**. — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Aproveito este minuto que resta a V. Exa. para apartear-lo, na oportunidade em que V. Exa. se manifesta contra o sistema de exploração do Governo, exploração contra o lavrador, principalmente no Paraná que é o Estado mais agrícola, um dos Estados mais agrícola deste País.

Verifica-se aí, que a lei do confisco implantado em data de hoje, determinativo de usurpação da economia do plantador de soja, com o confisco direto o Governo elevou o subsídio sobre o farelo e o óleo, elevou, o primeiro, de 40 para 70 centavos e, o segundo, de 31 para 38 cruzeiros.

Veja vem V. Exa., que é um Governo que não entende que a riqueza econômica de um País tem as suas raízes fundamentais, o seu ponto de partida, o seu início de desenvolvimento, na terra, no lavrador, no homem que trabalha!

Infelizmente nós estamos vivendo a época mais descontraída de qualquer tipo de planejamento que possa se admitir à estrutura econômica desta Nação. Oxalá o seu pronunciamento seja recebido por quem de direito, e responsáveis por este grande problema surgido nestes últimos anos, e principalmente estes problemas que surgem constantemente. Que eles possam reconsiderar, a fim de minimizar os eventuais prejuízos da própria Nação brasileira.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Sr. Presidente, lerei requerimento, tendo em vista a exiguidade de tempo. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer manifestação formal do Plenário, para aprovar um voto de protesto, contra as autoridades que elevaram o confisco da soja, bem como, em nota oficial deste Poder Legislativo, seja fixada posição contrária ao CONFISCO, a ser distribuída à imprensa e remetida a todas as autoridades do setor.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

**JUSTIFICATIVA:**

Desde o surgimento da discrepante medida do Confisco da Soja, diversos Deputados manifestaram formalmente contrários. Outros tentaram justificar a medida pelo percentual de 7 por cento, não representar grande ônus ao produtor. Todavia não se viu ninguém, defendesse a medida pelos seus efeitos maléficos a nossa agricultura ou por outras razões pudesse representar alguma contribuição aos Estados produtores. Daí porque a razão de, em não havendo dissonância, considerem os integrantes do Poder Legislativo do Paraná verdadeiro fechamento de questão contra o Confisco da Soja. Tal comportamento representaria tão somente as múltiplas manifestações que se levantaram até o momento e que de agora em diante se avolumarão com incível dosagem. Além do mais, o voto de protesto e a

manifestação da Casa, contra o confisco, servirá de alerta às autoridades responsáveis ao se mostrarem irredutíveis na defesa do confisco, ao menos de antemão se evite novos aumentos, chegando a percentuais anteriormente anunciados da ordem de 30 por cento, o que sem dúvida alguma representaria não apenas o fracasso (para o produtor) desta safra, mas o desestímulo total da sojicultura. Por outro lado, o aumento é injusto é discriminatório, pois a uns atingiu em 7 por cento e a outros em 12 por cento o que constitui total intranquilidade para a nossa agricultura."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias e Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 107/76, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo dispensar do pagamento de juros e correção monetária os comerciantes em atraso com ICM que saldarem seus débitos no prazo de trinta dias, a partir da vigência desta lei. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., CF., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 107/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a dispensar do pagamento de juros e correção monetária, os comerciantes em atraso com o ICM que saldarem os seus débitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta lei.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1976.

(a) WILSON FORTES

#### JUSTIFICATIVA:

Concedida a anistia pretendida pelo presente plano de lei, estará o Governador do Estado, legando um grande benefício aos comerciantes que por quaisquer razões não puderam efetuar em dia o pagamento do ICM e que estão dispostos a fazê-lo dentro do prazo de 30 (trinta) dias. As retrações no sistema de financiamentos bancários apanharam grande parte de comerciantes desprevenidos, levando-os a se atrazarem no pagamento do ICM por falta de recursos financeiros e dificuldades de obter empréstimos em outras fontes. Não se trata de beneficiar o comerciante relapso e mau pagador. Nada disso. Trata-se isso sim de, atento a fatores imprevistos, levar um apoio àqueles que passam por essa dificuldade e que se dispõem a resgatar os seus débitos.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 107/76

O presente projeto de lei número 107/76, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, tem por finalidade autorizar o Chefe do Poder Executivo a dispensar do pagamento de juros e correção monetária, os comerciantes em atraso com o ICM, que saldarem os seus débitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta lei.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando a inconstitucionalidade da matéria, face ao disposto no Art. 25, § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual.

No âmbito desta Comissão de Finanças, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo seu autor, bem como o alto sentido que o projeto visa alcançar, solicitamos que o mesmo seja, após ouvido o Plenário, convertido em requerimento de SUGESTÃO AO SENHOR CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 107/76

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, objetiva o presente projeto de lei autorizar o Chefe do Poder Executivo a dispensar do pagamento de juros e correção monetária os comerciantes em atraso com o ICM que saldarem os seus débitos no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta lei.

Não obstante a iniciativa ser das mais louváveis, justas e oportunas, encontra a mesma barreira constitucional intransponível, eis que o art. 25, § 1º alínea "a", da Constituição Estadual, veda a sua tramitação, quando diz que é competência exclusiva do Sr. Governador a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira, não podendo, pois, ser acolhida por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

O Sr. Enéas Faria — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A votação do mencionado projeto, será feita de modo inverso.

O Sr. Enéas Faria — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, não tenho em mãos o processo que acompanha este projeto. Tenho publicado aqui, parecer da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. A súmula da ordem do dia, informa, também, serem tais pareceres contrários a este projeto de lei.

Indagaria de V. Exa. se o procedimento regimental a que se deve submeter este projeto na Casa, se o procedimento correto é este que está sendo anunciado pela Mesa. Ou se este procedimento, a forma que está posto, deva merecer um outro tipo de tratamento, uma vez que os pareceres são contrários das duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Respondendo a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, nós colocaremos, primeiramente, em votação, o projeto propriamente dito e, depois, o requerimento ou a sugestão da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Lúcio Machado — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu requereria que se procedesse chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Defiro o requerimento e o Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Trinta (30) Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Tem a palavra, pela

ordem, o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, apenas vinte e cinco (25) Srs. Deputados responderam a chamada. Peço à Secretaria que proceda a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Defiro o requerimento do Deputado Lúcio Machado e o Sr. Primeiro Secretário fará nova chamada. Pediríamos aos Srs. Deputados que respondessem alto à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 31 Srs. Deputados responderam a chamada. Portanto, há quorum para a votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente.

O presente projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Wilson Fortes, estabelece em seu artigo 1º: "Fica o Chefe do Executivo, autorizado a dispensar o pagamento de juros, e correção monetária, aos comerciantes em atraso com o CIM que saldarem os seus débitos no prazo de 30 dias, contados da vigência desta lei".

Tenho para mim, Sr. Presidente, que poderá ser meritório, o projeto do eminente Deputado, porque viria atender até mesmo a algum aspecto crucial, na vida do comércio do Paraná. Porque nós sabemos, o Paraná como o resto do Brasil inteiro, vive momentos difíceis, momentos de sacrifício, não só pelo contexto econômico atual da Nação, mas porque também, e também não quero me estender no mérito disso, mas porque também, a carga tributária que suporta, é das mais violentas, o que está a ponto inclusive, de desestimulá-lo, de retirá-lo da sua atividade.

Não quero me estender, Sr. Presidente, mas, estamos todos em especial, os comerciantes, sofrendo e arcando com o ônus desse problema. Tenho para mim, como meritório, a tese deste projeto. Está S. Exa. certo quando se preocupa com esse aspecto e procura retirar alguma carga dos ombros do comércio paranaense.

Entretanto, Sr. Presidente, na tramitação que teve pelas Comissões Técnicas, esse projeto, não teve a sua recomendação, para a aprovação, por colidir com dispositivo constitucional. As duas comissões a que foi submetido, CCJ e Comissão de Finanças, entenderam de não dar a sua aprovação a este projeto, entendendo-lhe inconstitucional.

Levantei anteriormente, Sr. Presidente, uma questão de ordem, que me parece não foi bem entendida pela Mesa, e antes de passarmos à deliberação final, é que voltaria a consultar à Mesa, do procedimento que se deva adotar em relação a esta matéria. A Constituição do Estado, em seu Artigo 30 - § 2º — estabelece uma regra para projetos de leis que receberem pareceres contrários das Comissões Técnicas desta Casa.

É neste sentido que me dirijo a V. Exa. para conhecer do procedimento que devamos adotar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Respondendo a questão de ordem do Deputado Enéas Faria, o projeto de lei receberá a votação ao inverso.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — O Artigo 30, parágrafo 2º da Constituição: "O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — O Artigo 30, parágrafo 2º, diz o seguinte:

"O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será rejeitado".

Parece-me que, salvo outro juízo, que o projeto em tela não recebeu parecer contrário ao mérito.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, foi a

consulta que dirigi à Mesa.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é no sentido de não oferecer oportunidade a que o Poder Executivo, já em primeiro plano, e mais tarde qualquer um, possa, aprovado este projeto, ou submetido ao processo de votação e eventualmente aprovado, possa receber o estigma da ilegalidade, que se possa praticar eventualmente aqui nesta Casa. Razão porque, dirigi a consulta à Mesa.

Entendo, Sr. Presidente, pelos pareceres, que acabo de ler, que se enquadram no que estabelece o dispositivo constitucional e procedendo da forma como pretende a Mesa, estaríamos, quem sabe, dando oportunidade a que este projeto, mesmo aprovado e convertido em lei, fosse mais tarde, anulado; fosse mais tarde postergado, relegado.

Era o que entendo, Sr. Presidente. Era a preocupação que me trouxe a dirigir a indagação e levantar o assunto, quando desta sua primeira discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). — Sr. Presidente, verificando aqui um parecer da Comissão de Finanças, no final de seu parecer, diz: "no âmbito desta Comissão de Finanças, tendo em vista as justificativas apresentadas pelo seu autor, bem como o alto sentido que o projeto visa alcançar, solicitamos que o mesmo seja, após ouvido o Plenário, convertido em requerimento de sugestão ao Sr. Chefe do Poder Executivo, depois de ouvido o Plenário. Acho que seria a solução para este problema.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consultaria ao Deputado Enéas Faria se realmente sua intenção é que não seja votado o referido projeto e tão somente a proposição da Comissão de Finanças, em termos de sugestão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o autor do projeto é o Deputado Wilson Fortes e não me cabe pretender dar qualquer rumo a uma iniciativa de outro Deputado.

Apenas levantei a questão, fundamentado em disposição constitucional para que a Casa não passe o vexame de laborar em erro que possa ser considerado tão grosseiro.

O projeto, recebendo os pareceres que recebeu, segundo regra constitucional, é tido como rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em votação o projeto. Os que o aprovam, queiram se levantar.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, V. Exa. não decidiu a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência decidiu que vai colocar em votação o referido projeto. Os que aprovam, queiram levantar. — **Rejeitado o projeto.** Em votação o requerimento da Comissão de Finanças.

O SR. MAURÍCIO FRUET (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Indefiro, porque é matéria vencida.

Passamos à votação do requerimento de sugestão à Comissão de Finanças.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem). — Sr. Presidente, deve estar ocorrendo um equívoco da Mesa, porque este projeto se encontra na Ordem do Dia, em 1ª Discussão. Em primeira discussão só se discute a sua constitucionalidade, nada mais.

Portanto, V. Exa. não pode determinar que o Plenário se manifeste sobre o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Respondendo a questão de ordem do Deputado Accioly Neto, não é um parecer da Comissão de Finanças que se está colocando em votação, mas um requerimento da própria Comissão.

O SR. ACCIOLY NETO — A Comissão não fez requerimento, data vênha. Através de parecer do eminente Deputado Gilberto Carvalho, a Comissão concluiu no sentido de que seja convertido em requerimento. Mas isto terá que ser feito à parte, não dentro de projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Quanto ao problema da questão de ordem do Deputado Accioly Neto, não haverá segunda discussão do projeto porque já foi rejeitado pelo Plenário. Está se colocando em votação o requerimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Parece que V. Exa. está enganado.

Não houve a primeira votação do projeto. V. Exa. foi interrompido na votação do projeto e a votação não se deu.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Foi colocado em votação e os Senhores Deputados não se levantaram. Consequentemente, rejeitaram o projeto.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, a idéia consagrada no parecer da Comissão de Finanças seria, até certo ponto, capaz de ser acolhida por este Plenário, não fosse, todavia, o lapso de tempo que transcorre entre a apresentação do projeto e o mencionado parecer.

O projeto é de 29 de setembro de 1976 e o Parecer da Comissão de Finanças é de, praticamente, dois meses após, aprovado que foi em 25 de novembro do mesmo ano.

O projeto pretende autorizar o Poder Executivo a dispensar do pagamento de juros e correção monetária os contribuintes em atraso com o ICM que saldarem seus débitos no prazo de trinta dias a partir da vigência da lei.

Ora, conforme está bem claro na justificativa do eminente Deputado Wilson Fortes, S. Exa. quis, com o projeto de lei, atender a situação que ocorria na época, com aqueles que estivessem em débito com o ICM.

Ocorre que por força de lei própria que trata da matéria, já deve ter sido proposta executivo fiscal visando a cobrar esses débitos, e a maioria deles, nesse lapso de tempo, ou já foram saldados por força de decisão judicial, ou mesmo por composição entre o Estado e os requeridos — no caso os contribuintes.

Se viéssemos a encaminhar requerimentos, agora, ao Sr. Governador do Estado solicitando que S. Exa. adote tal comportamento e por parte dele haja receptividade e atendimento da pretensão só poderá ocorrer através de projeto de lei. Não pode fazê-lo por decreto, como também não pode autorizar aos advogados do Estado que, nas composições que venham a realizar com os contribuintes em débito com a Fazenda Estadual, dispensem juros e correção monetária. É que isso é vedado por disposição legal específica.

Então, estaríamos, na verdade, hoje, aqui, propondo ao Governador uma medida inócua e injusta. Estaremos propondo, desde logo que, para o futuro, o Governador venha a permitir que, 30 dias após a vigência de uma lei que S. Exa. vai encaminhar à Assembléia, alguns contribuintes tenham seus débitos dispensados em relação a juros e correção monetária.

Não nos parece, portanto, que tenha mais validade os argumentos contidos na justificativa do projeto.

Razão pela qual perde todo e qualquer sentido esse requerimento que V. Exa., Sr. Presidente, está colocando em votação, neste momento. Não tem mais razão de ser, deliberarmos sobre a matéria, sob pena até, Sr. Presidente, de estarmos, com esse procedimento, estimulando os contribuintes, propositadamente, se manterem em situação de débito em relação ao recolhimento do ICM.

Então, a rigor, esse requerimento passa a ser, acima de tudo uma prática condenável. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em votação. REJEITADO.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferido. Será feita a verificação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-nos que, sobre a mesa, não existe nenhum requerimento sugerindo a medida que V. Exa. acaba de colocar em dis-

cussão, conforme bem elucidou o nobre Deputado Accioly Neto. Parece-nos que foi apenas uma sugestão para que aquela Comissão formalizasse seu procedimento, e opinasse. Mas, já é matéria vencida, conforme V. Exa. disse e não há mais porque se discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Nós vamos ler o parecer da Comissão de Finanças. (Lê o parecer). — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, pela Ordem do Dia da sessão de hoje, foi a discussão do Projeto de Lei número 107/76, de autoria do Deputado Wilson Fortes. — (Lê o projeto de lei):

Não se anunciou para a Ordem do Dia da sessão de hoje votação de requerimento nenhum. Data vênua da decisão da Mesa, a matéria poderá ser convertida em requerimento segundo se entende do parecer da Comissão de Finanças, para depois vir à deliberação da Casa. Claramente diz a Comissão de Finanças: após ouvido o Plenário convertido em requerimento de sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

Mas, acontece ainda, Sr. Presidente, que o Plenário rejeitou a matéria segundo anunciou V. Exa. Embora, no meu entendimento, V. Exa. não tivesse anunciado o resultado da votação.

Se V. Exa. anunciou, não poderia ter revisado o requerimento do nobre Deputado Maurício Fruct que pediu verificação de votação.

Tenho a impressão que uma intervenção do ilustre Deputado Enéas Faria impediu que V. Exa. anunciasse a votação. Mas é matéria que passou.

Mas o que não pode ser, Sr. Presidente, é votarmos numa matéria que não foi anunciada na Ordem do Dia.

Porque a sugestão da Comissão de Finanças ao sabor da sua alegação, não foi incluída na Ordem do Dia. A pauta da Ordem do Dia se restringe ao projeto de lei número 107/76 com pareceres contrários. V. Exa. há de convir que, inclusive, quando os projetos trazem emendas ou substitutivos, constam da pauta.

Sem que constem da pauta é uma infração violenta, data vênua, a matéria ser colocada em votação. Peço a V. Exa. que reconsidere a matéria retirando-a de votação, ficando o projeto votado da maneira com que foi votado realmente, e, se V. Exa. entender que deva ser convertido em requerimento, encaminhar então o projeto, rejeitado, à Comissão competente, para que esta elabore um requerimento que seja submetido, na primeira oportunidade, à votação ou discussão.

Era o que eu tinha a acrescentar sobre a matéria, Sr. Presidente, e um pedido que faço à Mesa, em abono das regras estabelecidas no Regimento Interno da Casa. Não há matéria que possa ser discutida nem votada, sem que seja anunciada pelo menos com 24 horas de antecedência!

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deputado Muggiati Filho, a pretensão de V. Exa. é de que o mesmo, então, seja convertido em diligência?

O SR. MUGGIATI FILHO — A minha pretensão é de que, se V. Exa. entender, encaminhe o projeto rejeitado à Comissão que V. Exa. entender por bem encaminhar, para que esta Comissão veja se é oportuno, ou não, apresentar o requerimento na forma sugerida pela Comissão de Finanças. — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, nós entendemos que realmente houve um equívoco, eis que este projeto não poderia realmente ter sido incluído na Ordem do Dia, como o foi, porque os pareceres são contra, embora no parecer



da Comissão de Finanças pede-se seja transformado em sugestão. Não quer dizer com isto que entrasse hoje em votação!

A sugestão do Deputado Muggiti Filho é válida.

Que seja retirado pois, e encaminhado como sugestão.

Acrescentando ainda: nós já tivemos oportunidade de verificar uma votação aqui também, contrária ao projeto; o projeto, pelo tempo decorrido, novembro de 76, já não tem mais sentido algum. Assim, não há luta para votação, contra ou a favor, não há significado algum votarmos este projeto.

O mais certo seria considerarmos votado e conseqüentemente rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Realmente, nós estamos ferindo brutalmente o Regimento Interno da Casa. É evidente que o projeto não consta da Ordem do Dia. Conseqüentemente, esta Presidência defere o requerimento do Deputado Muggiti Filho e devolve o mesmo à Comissão de Finanças, para que aquela Comissão o transforme em requerimento se assim convier.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Sestack, ocorrido na cidade de Goioerê. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Kozan, ocorrido na cidade de Goioerê. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Evangélica Holiness de Curitiba, pela inauguração do prédio de Educação Religiosa, edificado junto ao seu templo situado em Curitiba. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Universal, pela passagem do 50º aniversário de sua fundação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mes-

sias, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado veemente apelo a todos os integrantes das bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento na Câmara e Senado Federal, no sentido de liderarem a campanha cívica em defesa da integridade da família brasileira, contra a instituição do divórcio. — Em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao advogado e escritor Dr. Francisco Irineu Brezinski, pela feliz idéia do lançamento do livro intitulado "A Futura Capital". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo brilhante feito desportivo do Centenário Esporte Clube, sagrando-se campeão invicto do I Turno do Campeonato Paranaense de Futebol — Zona Norte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando voto de protesto contra as autoridades que elevaram o confisco da soja, bem como, em Nota Oficial deste Poder Legislativo, seja fixada posição contrária ao confisco. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, à hora com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 140/76.

Levanta-se a sessão.